

58ª REUNIÃO ORDINARIA FÓRUM FLORESTAL BAHIA

Pousada Aldeia Portuguesa, Santa Cruz Cabrália

PAUTA

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Rodrigo Borges	2- Instituto BioAtlântica - IBio
4- Almir Requião	3- Manguezal Meu Quintal
5- Sérgio Andrade	4- Natureza Bela
6- Sueli Abad	5- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
6- Beline Passos	5- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
7- Gleyson Rezende	6- Assoc. Produtores Eucalipto Extr. Sul Bahia - ASPEX
8- Célio Roberto C. Costa	7- Associação Moradores de Costa Dourada - AMDC
9- M ^a Graças R. Bacelar Depolo	
9- Marcelo Pereira	8- Fibria
11- Thiago Rizzo	
12- Mariana H. Andreatta	9- Suzano
13- Vilma Castro	
14- Renato Carneiro	10- Veracel
16- Virginia Camargos	
15- Wilson Andrade	11- Associação Baiana das Empresas de Base Florestal - ABAF
16- Guilherme Baquião	12- 2 Tree Consultoria
17- Rosa Penzza	13- Fundação Jupará
18- Anderson Lanusse	14- Assoc. Moradores e Ambientalistas Praias 2 e Lençóis

29 de setembro – Tarde

Após a apresentações dos presentes, o secretário executivo expôs os temas da pauta para validação. Foi sugerido que o tema 7 - Devolutiva em relação a denúncia encaminhada na reunião do GT fosse o primeiro assunto a ser abordado. Outra proposta feita foi em relação a apresentação da Área do recuo do litoral também fosse debatido na sequencia, e não na manhã do dia 30, pois um dos representantes da Fibria teria que se ausentar antes do término da reunião. Com a anuência da plenária sobre as 2 alterações, foi iniciada a reunião.

Informe sobre situação na estrada de Volta Miúda

O secretário executivo esclareceu que na reunião do GT, em Teixeira de Freitas, o presidente da Associação de Moradores de Volta Miúda, de nome Célio, o procurou para relatar incidentes que estão acontecendo na estrada de acesso à comunidade – da BR 101 até Caravelas. Entre os

incidentes, falou sobre assaltos e a morte de uma criança. E que os eucaliptos estariam sendo usados como esconderijo e para fazer armadilhas. Nesse sentido, recorreu ao FF para solicitar a retirada de algumas árvores, num total de 3 fileiras em cada lado da estrada. Formalizou com a entrega de um ofício, que também foi enviado às empresas que atuam na região. E que, como resposta, afirmou que o tema seria debatido na reunião plenária, com retorno do que fosse colocado pelas empresas.

O representante da Fibria esclareceu que a associação fez a solicitação para que a empresa recuasse 15m de cada lado da estrada, para ter uma visualização melhor, e evitar os incidentes que aconteceram na comunidade. Afirmou que foi feita uma avaliação e que a eliminação de todas as árvores naquele trecho não seria viável, até por ter algumas áreas de preservação. Mas que em contraproposta foi repassado à comunidade que a empresa fará o desbaste e manterá o percurso roçado para ter visualização, sem ser necessário o corte de árvores. Foi feito no passado um recuo na comunidade de Itaiti, em Alcobaca, e o mato cresceu, ficou alto e não impediu as ações de furto na região. Reforçou que a alternativa oferecida pela empresa não foi aceita pela associação, que por esse motivo recorreu ao FF. Outro representante da Fibria reforçou que a forma como foi solicitado não solucionaria a questão da visualização, mas a comunidade está irredutível em aceitar. Por sua vez, a representante da Suzano pontuou que a solicitação também foi entregue à empresa e cadastrada no sistema, sendo depois avaliada pela área de silvicultura que foi a área e fez a medição da largura da estrada, encontrando até 12m. E que na época de corte podem ser alinhadas outras tratativas e que a empresa está aberta a sugestões. A representante de Costa Dourada aproveitou para lembrar que no acordo de segurança nas estradas não foi pactuado a questão de assaltos. Mas sim que o acesso às áreas turísticas tivesse entre um lado e outro distanciamento de 15m, possibilitando visibilidade, e que houvesse redução de acidentes quando carretas e máquinas estivessem operando. E que numa reunião realizada na Fibria houve um mal-entendido com relação a esse acordo.

Outro representante de Costa Dourada explicou que em vários locais onde foi implementado o acordo os tocos de eucalipto brotaram novamente e que pediu a retirada, pois dessa maneira a estrada não fica padronizada como era a intenção. E que é preciso também usar herbicida nas beiras das estradas para que as nativas não nasçam e depois não ter como retirá-las. Com relação a fala da outra representante de Costa Dourada, esclareceu se tratar de uma área prioritária na estrada de Itaúnas, que é muito fechada e de propriedade da Suzano, e que passados 3 anos do acordo ainda não foi retirada. Citou que é uma área de tráfego de turistas e que a temporada está chegando de novo. Lembrou que no dia em que percorreram os locais para recuo e colocação das placas não chegaram até os acessos à beira da praia, que são os acessos das praias do Coqueiro, da praia do Sossego e do Jesuel. E que em 2 dessas áreas a Fibria está colhendo agora e por isso estava lembrado o acordo. Avaliou que a empresa devia olhar com bons olhos a questão da segurança nas estradas que em muitos trechos não tem os 7 metros como foi acordado. A representante da Fundação Jupará disse ter ficado muito impactada e preocupada com as informações que ouviu sobre Costa Dourada, com a gravidade da situação das estradas, e que a situação não parece tão tranquila como é passado.

O representante da Fibria argumentou que a estrada principal está muito bem conservada e que das 97 placas que foram colocadas em todo o trecho não restaram mais do que 50. E que na reunião realizada com a comunidade ficou acordado que não teria placas de comércio. E que as empresas devem ser cobradas, mas que é importante que a comunidade seja incluída nessa situação. Fibria sugeriu que a fundação fosse conhecer a realidade do extremo sul, visto que a Fundação opera em outro extremo.

A representante da Fundação Jupará se ressentiu da falta de participação da comunidade e afirmou que as demandas estão chegando até ela, é solicitou que essas demandas sejam atendidas imediatamente, pois tem longo tempo que se vem discutindo essa situação. E que não está vendo a participação das comunidades quilombolas, das comunidades indígenas. E perguntou se as estradas são fechadas ou separadas para plantar eucalipto. O representante da Fibria esclareceu que na região onde incide o acordo não existem comunidades quilombolas ou

indígenas. Por seu turno, a representante de Costa Dourada acrescentou que na região existem comunidades tradicionais, recordou que na questão das placas foi feito um trabalho bonito e que a própria abertura das estradas já seria uma sinalização constante, na estrada principal e nos acessos a Coqueiros, Jesuel e demais estradas de acesso ao litoral.

Para dirimir as dúvidas suscitadas, o secretário executivo fez a leitura do acordo na íntegra.

Ao final da leitura, a representante de Costa Dourada argumentou que houve uma falha dos representantes da região afetada pelo acordo, pois o que foi conversado, feito em acordo de bigode, quando da visita técnica à estrada do Picadão e adjacências, não é o que está escrito no acordo firmado. E citou que, por não terem acesso à internet e não terem lido a ata que foi repassada para o grupo, eles validaram um texto diferente do que havia sido conversado na visita técnica. E pediu o apoio da plenária para pressionar a Fibria e a Suzano para que cumpram o que foi acordado. A representante da Suzano frisou que foi decidido que novas solicitações seriam feitas via ofício e o que está dentro do acordo vai ser atendido. E que pode-se marcar uma data e nomear uma comissão para junto com a silvicultura avaliar o trecho. E que pode ter acontecido de ter passado a época do corte, mas que pode ser feita adequação, caso alguma área tenha ficado para trás.

O secretário executivo ressaltou que o acordo foi definido pelo conjunto da plenária, validado pela plenária e publicado no site do Diálogo. E que isso não quer dizer que o sucesso desse acordo não leve a ir além. Exemplificou com o acordo do recuo dos 300m de vilas e distritos para abrir espaço para a segurança alimentar, para agricultura e projetos ambientais no qual em várias comunidades o recuo foi além dos 300m. Frisou que a segurança nas estradas é uma preocupação de todos e que há uma série de vantagens da execução do mesmo, sendo possível evoluir para um segundo acordo, onde se inclua outros setores que são conflituosos. E sugeriu que se crie um novo grupo que vá com o pessoal das empresas realizar um trabalho de campo para definir os novos trechos e escrever um novo acordo, ampliando com novas áreas e realizando uma nova negociação. A representante de Costa Dourada rebateu que tem que ser feito algo agora porque as empresas estão cortando o eucalipto e que, se não for agora, só daqui a 4 anos.

Voltando ao tema de Volta Miúda, o representante do IAPA explicou que a estrada liga o distrito de Juerana a Teixeira de Freitas muito antes da operação das empresas e que os problemas estão acontecendo em 2 curvas próximas a 2 assentamentos, onde se fizer uma ação talvez resolva. Notou que o grande problema é que depois do acidente que gerou o ofício para as empresas, aconteceram mais 2 crimes bárbaros e que os bandidos saíram desses assentamentos. Indagou das empresas como fizeram em São José, caminho para Teixeira, onde tinha ocupação e Justiça tirou, e se não se pode aplicar o mesmo procedimento nos assentamentos perto de Juerana. O secretário executivo ponderou que o FF não tem alçada em relação à segurança pública e que sua ação se limita a encaminhar ofício solicitando providências, reiterando pedidos vindos das comunidades. O representante da Fibria reiterou o que o representante do IAPA colocou em relação a largura da estrada de Juerana a Teixeira de Freitas e que os locais onde tem RL, mata atlântica, é que estão servindo de esconderijo. E a empresa se posicionou, e já foi informado nas comunidades, que na estrada principal vai fazer toda a limpeza e mantém o compromisso de aplicar herbicida. E que, se houver outras solicitações, a empresa está aberta a ouvir a comunidade e chegar a um acordo comum.

O representante da AMA Praia 2 salientou que em relação a Volta Miúda é preciso verificar junto com as comunidades e as empresas se nas bordas da estrada é possível ter algum tipo de abertura, se é local de risco, já que é de utilidade pública. Quanto à Costa Dourada, lembrou que o representante da região falou sobre as 4 entradas que tem necessidade de serem alargadas, lembrando que na época de verão é mais perigoso, e que a questão tem que ser avaliada. E que neste ano está ocorrendo corte em parte da estrada de Itaúnas a Costa Dourada e que seja feito uma visita a área, levando em conta o acordo de recuo e também os acessos apontados pelo representante de Costa Dourada. Por sua vez, o representante de Costa Dourada afirmou que não queria polemizar, mas que o acordo deveria atender todos os acessos ao litoral, não só o

acesso principal. E que existe um pequeno pedaço na estrada de Itaúnas, de propriedade da Suzano, que deveria ter sido cortado na época do acordo e que não foi feito até hoje e é área de extremo risco. O representante da Fibria informou que a empresa vai receber as solicitações de novas áreas via ofício e verificação das regiões apontadas, sem compromisso.

A representante da secretaria executiva, em resposta a afirmação da representante de Costa Dourada de ter sido mudado o texto do acordo, esclareceu que na memória da 45ª reunião do FF, onde consta a redação do acordo de acesso ao litoral, os dois representantes de Costa Dourada estavam presentes.

O secretário executivo esclareceu se tratar de 2 colocações: uma situação nova que são o acesso a algumas praias em Costa Dourada e outra que alerta para uma área que está dentro do acordo e que passou despercebida.

O representante da AMA Praia 2 salientou que não via problema em formalizar o pleito para que os representantes das empresas levem a questão internamente, mas que o papel das comunidades é endossar a discussão interna, com cada um fazendo seu papel. E sugeriu uma visita técnica envolvendo os representantes das comunidades para que se tenha o ponto de vista de quem circula na área. Tanto os representantes da Fibria e da Suzano reiteraram que novas solicitações devem ser encaminhadas formalmente via ofício.

O representante do Natureza Bela considerou ser mais forte colocar as novas áreas dentro do acordo do que formalizar via ofício. E que o acordo seja revisado, incluindo as estradas que estão sendo solicitadas pelos representantes locais. O representante da Fibria propôs que seja feita uma nova verificação e não que sejam incluídas novas áreas, porque isso abriria um precedente para a alteração de todos os acordos firmados no âmbito do FF.

Encaminhamento da questão:

Finalizando, o secretário executivo convidou os representantes da região para fazerem parte do grupo que fará a verificação do cumprimento do acordo, juntamente com representantes das empresas.

Grupo foi formado com Anderson, Célio, Carioca, Thiago (Fibria) e técnico da silvicultura da Suzano.

2.- Informe do Projeto de recuperação do Rio Aracaré Ribeiro, em Caravelas

Através de fotografias, o representante do Manguezal Meu Quintal mostrou o trecho do rio Aracaré que está sendo proposto para recuperação, por parte das organizações IAPA e Manguezal Meu Quintal, com a parceria da Arte Manha e Fundação Avenida Filmes. Explicou que, em conversa com pessoas mais antigas de Caravelas, tomou ciência de que a abertura de um canal por um morador, para aproveitar melhor a água de uma lagoa, foi o principal motivo para o assoreamento do rio e para a entrada de água salgada e de propágulos de manguezal que se proliferaram. Explicou que a ideia é realizar um projeto similar ao que existe numa represa em Cumuruxatiba, onde foram feitas uma barragem e uma espécie de piscina natural, utilizada por turistas e moradores e mantida pela administração municipal.

O representante do IAPA mencionou que tudo teve início com a chegada de um fazendeiro que ao chegar em Caravelas fez uma mudança no nível do rio, propiciando o desastre que foi exibido. Exibiu 3 fotos antigas com moradores pescando no rio. E que por conta disso a associação dos moradores ribeirinhos de Caravelas colheu 1.200 assinaturas em 1995, para denunciar esse problema ambiental. Depois o IAPA colheu 3.200 assinaturas de pessoas que querem que seja recuperado o rio Aracaré. Informou que técnicos do Projeto Manguezal elaboraram uma pesquisa de onde nascem as águas do rio Aracaré, distância, vazão da água, entre outros, e elaboraram o projeto, cujo objetivo é proteger onde nascem as águas, iniciando por uma limpeza e recuperação das matas ciliares. Disse que esse estudo já foi apresentado 3 vezes à antiga Aracruz e que já havia trazido o assunto em outra reunião do FF, suscitando o interesse

do Manguezal Meu Quintal. Citou que vai ser uma conquista muito grande para a comunidade caso alguém ou alguma empresa queira encampar essa ideia e ajudar a recuperar o rio Aracará. O secretário executivo avaliou que o FF pode discutir a ideia e decidir se é uma iniciativa interessante, pois se vão conseguir apoio com prefeituras ou empresas são outros quinhentos. E informou que o Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Caravelas faz parte do comitê de bacias do PIJ é um bom local para levar essa iniciativa. A representante de Costa Dourada lembrou que em Mucurici, onde nasce o rio Itaúnas, também foi feito um projeto semelhante ao que foi apresentado, e que virou um ponto turístico. E que antes de levar o projeto às empresas, o município deveria tentar buscar apoio junto ao Ministério do Turismo. O representante da Fibria abordou que no momento o comitê de bacias do PIJ está se estruturando e que talvez no próximo ano seja o melhor momento para levar essa proposta até o colegiado.

3.- Informe sobre Salvaguarda da área de recuo e outros assuntos

A representante da Fundação Jupará pontuou que na reunião do GT a organização fez a proposta de fazer a salvaguarda da área de recuo, que está exatamente na linha da paisagem histórica. Explicou que a salvaguarda da paisagem histórica acontece antes do tombamento e está contida na Portaria 127/2009, do IPHAN. Afirmou ter feito apenas uma proposição informal, devido não conhecer o local. E que queria trazer para a plenária a proposta de se fazer salvaguarda ou não. **A representante de Costa Dourada achou mais pertinente analisar a proposta de salvaguarda durante a discussão do tema 7 (Plano de Uso e Ocupação área do recuo do litoral do Município de Mucuri).**

O representante da AMA Praia 2 aproveitou para lembrar que foi empossado o conselho gestor a APA de Costa Dourada e que a salvaguarda da paisagem é mais um importante instrumento para ser levado para dentro da APA, podendo contribuir para a conservação da paisagem, da cultura da região. E também junto com o Conselho da Biosfera, que pode vir a atuar para reconhecer e valorizar aquela unidade de conservação e sua importância para a preservação da paisagem. E o FF pode acompanhar isso à medida que a discussão do recuo avance. E que em função da característica da região, com muitos conflitos fundiários entre Riacho Doce e Mucuri, que uma salvaguarda dessa não venha gerar mais problemas para a população local, residente e tradicional da área, porque a ocupação no litoral de um modo geral é totalmente irregular, seja para população seja para empreendimentos de diversa natureza. O secretário executivo propôs a portaria seja encaminhado para a APA, através dos membros que fazem parte do FF, para leitura mais aprofundada e que a Fundação Jupará mantenha esse diálogo junto aos representantes do FF na APA.

Informe do encontro intersetorial sobre uso do solo e planejamento de paisagens sustentáveis

Contextualizando o tema, o secretário executivo recordou que na reunião plenária de junho foi apresentado o tema, que é uma nova linha de trabalho do FF, inserida no âmbito do Diálogo Nacional e Mundial, de discutir o planejamento de paisagens dentro de um ambiente mais amplo e não só com as empresas florestais, já que a questão afeta outros setores, e tem que ser mais extensa do que diálogo entre comunidades e empresas florestais. Ressaltou que a proposta do FF é ter um olhar para fora e não só para dentro e que dentro dessa perspectiva foi realizado o Encontro Intersetorial sobre Uso do Solo e Planejamento de Paisagens Sustentáveis, que ocorreu no auditório do Programa Arboretum, dia 17 de agosto, com cerca de 60 pessoas. Destacou a presença do frigorífico Frisa, de uma associação dos plantadores de cana, do Condesc, além do MP e parceiros do fomento florestal. Abordou que foram envidados esforços para a participação de outros atores, como representantes dos setores da cana, café e pecuária,

sendo que alguns confirmaram presença, mas não compareceram, assim como houve pouca presença de produtores. E que é preciso detectar onde está havendo falha no discurso para atrair esses atores que são relevantes para discutir o planejamento de paisagens sustentáveis. E que embora esses setores sejam tradicionalmente resistentes, é preciso continuar tentando, pois também não foi da noite para o dia que as empresas de silvicultura e a sociedade se sentaram para conversar. Ressaltou que outro problema é o fato de serem atores pulverizados e que por isso não pode fraquejar nesse esforço, até porque o FF conseguiu unir a atores importantes, como o MP, a UFSB, o Programa Arboretum e outras instâncias de peso, para pensar de forma conjunta coo interferir na região de forma positiva. E que como resultado a agenda que foi encomendada é que o evento não parasse por ali e que seja feito um outro evento ainda este ano. E a ideia é juntar no momento de lançamento do Monitoramento da Cobertura Vegetal do Sul e Extremos da Bahia todos estes atores em torno dessa temática que tem tudo a ver com planejamento de paisagens, pois é a ferramenta que vai permitir ver a situação dessa paisagem ao longo dos anos. E foi acordado caminhar para esse outro evento que seria dia 21 de setembro, mas por solicitação do MP foi adiado para outubro. Aproveitar o momento do lançamento do monitoramento, juntar uma coisa com a outra, caminhar para esse evento mas

Informe sobre a Reunião técnica de Integração Regional de dez Planos Municipais da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia; e - Mosaicos Florestais Sustentáveis.

O representante do Ibio informou à plenária que participou, em Brasília, como representante do FF, da Reunião Técnica de Integração dos Dez Planos Municipais de Mata Atlântica – PMMA do Extremo Sul da Bahia, lembrando que Porto Seguro inaugurou a construção dos PMMA da região e que, em seguida, a Veracel resolveu custear a elaboração dos demais PMMA, totalizando 10, que é um instrumento previsto na legislação. Afirmou que reunião teve como objetivo mostrar como os resultados do Monitoramento da cobertura Vegetal poderiam ajudar na integração desses 10 planos, pois, mesmo sendo feitos individualmente, existem questões que passam os limites territoriais e é possível trabalhar em conjunto. Exemplificou com o rio Buranhém que passa por Guaratinga, Eunápolis e Porto Seguro. Citou que como encaminhamento da reunião foi agendada uma oficina que irá ocorrer em março de 2017 e onde será debatida qual melhor forma de fazer essa integração. Informou ainda que o Ibio vai visitar os Mosaicos Florestais Sustentáveis – MSF, que foi uma iniciativa do Ibio, da Conservação Internacional e da The Nature Conservancy – TNC, há 5 anos, de fazer um programa integrado de monitoramento da biodiversidade nas áreas de alto valor de conservação e RPPNs das empresas Fibria, Suzano e Veracel, num território que vai do Jequitinhonha ao norte do Rio Doce. Recordou que essa iniciativa culminou no volume 3 do Cadernos do Diálogo e que o agora vai se olhar todos os monitoramentos feitos ao longo desses anos, criar um banco de dados estruturado e olhar também áreas de priorização para produção de água. Elucidou que foi ofertado um protocolo de monitoramento para aves e mamíferos e na parte de restauração foram feitas priorização de áreas com o mínimo de intervenção para se conectar grandes fragmentos. E que agora vão ser sistematizadas essas informações e que o projeto tem duração de 9 meses.

O representante da Veracel, que também participou da reunião em Brasília, complementou que a ideia é fazer um levantamento de tudo o que está sendo feito e trabalhado dentro do território, que tenha conexão e que facilite a estratégia de unificação dos PMMA, desde que essas iniciativas abarquem 2 ou mais municípios, e não questões estanques que abranjam um ou outro município. Falou que a ideia é que o seminário de março seja um marco para a fusão e a definição de fusão e estratégias que possam unificar os PMMAs. Ressaltou que a questão da água foi eleita como um tema importante, por ser um fator que une diversos municípios e é uma

questão oportuna por conta da crise hídrica que está acontecendo, aliada às mudanças climáticas. E que através do fortalecimento da institucionalidade dos comitês de bacia pode se fortalecer as ações de unificação dos PMMA no que diz respeito à questão da conservação e preservação dos recursos hídricos, sobretudo dos rios que cortam os municípios do território. Com relação à planificação da paisagem do território, recordou que a discussão do FF se abrir para mais setores da economia regional já havia acontecido há alguns anos, mas naquela ocasião decidiu-se por focar na silvicultura. Frisou que é importante o FF se abrir para levar para outros segmentos essa preocupação com o manejo da paisagem e da planificação territorial, mas que sempre vai se deparar com 2 questões: a legitimidade de quem pode tocar essa questão e a da institucionalidade, ou seja, de que amparo legal se tem para buscar o engajamento desses setores. E que assim como nos PMMAs como é que faz com que isso saia do papel e vire ação, envolvendo segmentos refratários como a pecuária e a cana. Afirmou que os conselhos de desenvolvimento sustentáveis criados pelo governo do Estado redundaram em fracasso, assim como os comitês de bacia que agora estão se reestruturando, mas por força da crise hídrica, mas não deixa de ser oportunidade. E que quando o Ff quer partir para tentar sensibilizar para a questão da paisagem do território é preciso pensar com qual institucionalidade vai ancorar – MP, comitês de bacia, conselhos de desenvolvimento territorial, etc – para ter o mínimo de legitimidade de levar essa questão adiante. E exemplificou com o grupo SOS Rio Buranhém, que está tentando construir algo paralelo ao comitê de bacia, que é institucional e criado por lei. E insistiu que se não houver institucionalização não vai ter como levar para frente.

O representante do Manguezal Meu Quintal indagou se existem imagens de execução do programa do MFS.

A representante da Veracel esclareceu que no trabalho de campo dos MSF não é feito o antes e o depois, mas sim observar os fragmentos e definir em qual deles vai fazer restauração, com vistas à conexão. E que antes cada empresa pegava os seus dados e trabalhava isoladamente, mas com a adoção de protocolo comum, as empresas fazem coisas iguais em territórios diferentes. O representante da Veracel sugeriu a apresentação do projeto MSF (conceitos, padronização de monitoramento, etc) na próxima reunião plenária e outra apresentação depois que o Ibio fizer a sistematização com o que efetivamente se conseguiu com o projeto.

O representante da AMA Praia 2 considerou que o tema em questão tem muita sinergia com a discussão do recuo no litoral de Mucuri e que o plano de trabalho que elaborou para a área tinha como foco a integração e potencialização de diversas experiências desenvolvidas no FF a favor do cumprimento do acordo. Avaliando que as empresas florestais estão anos luz à frente, indagou até que ponto Fibria e Suzano estão dispostas a fazer seu dever de casa, pois em algumas questões não se consegue avançar, a exemplo do acordo do recuo no litoral, que nada mais é do que planejamento da paisagem. O representante da Veracel ponderou que não se deve dizer a outros setores o que eles devem fazer, mas que seria uma grande revolução ambiental trazer os setores para fazer o que é obrigatório e que nesse quesito o setor florestal tem o que mostrar.

Encontro pelas Águas

O secretário executivo detalhou os motivos que culminaram com a anuência da plenária para a realização do Encontro pelas Águas, que inicialmente seria um seminário tendo a água como fio condutor como forma de envolver os demais segmentos econômicos do território. E que no GT também se deliberou que um dos temas importantes para o debate era a questão da legislação estadual e federal de recursos hídricos, além de procurar mecanismos de financiamento para as ações de restauração e recuperação. Afirmou que em paralelo decidiu-se fazer nesse evento o lançamento do Monitoramento da Cobertura Vegetal do Sul e Extremo Sul da Bahia, por sua confluência com o planejamento de paisagens, em termos de divulgação e desenho dos produtos que tinham sido discutidos no GT e na plenária. Lembrou que a sociedade em geral ainda não conhece os dados do monitoramento e a parcela que tem conhecimento deles os

utiliza muito pouco. Exceções são PMMAs e no Corredor Ecológico Veracel-Pau Brasil, mas pouco em relação ao potencial que os dados têm. E que foi contratada a Agência Vilaça para desenvolver produtos específicos para os públicos que foram identificados: Produtor Rural, Acadêmico, Funcionário Público, Investidor, Empreendedor Industrial e Geral. Comentou que o “Encontro pelas Águas”, programado para os dias 18 e 19 de outubro tem uma chamada interessante que é: “Já pensou por que está faltando água? Informou que o evento conta também com a parceria do MP, tendo como objetivo contribuir para a construção de uma política participativa e descentralizada envolvendo atores públicos, privados e sociedade civil, para a conservação dos recursos hídricos e o planejamento de paisagens sustentáveis na região de abrangência das bacias hidrográficas do FRABS e PIJ. Citou que o evento vai estar dentro da Semana de Ciência e Tecnologia da UFSB, com transmissão simultânea para os campi de Itabuna e Teixeira de Freitas. E que no dia 18 acontecerá o lançamento do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal e no dia 19 palestras pela manhã e à tarde, acontecendo ao final a elaboração do plano de ação para a região. Detalhou, em seguida, nomes das palestras e dos respectivos palestrantes. A representante da Fundação Jupará fez um breve relato sobre o QG das Águas, junto com a Amurc, e o trabalho de mapeamento das microbacias do Leste.

Plano de Uso e Ocupação área do recuo do litoral do Município de Mucuri

O secretário executivo abordou que o acordo vem se arrastando há algum tempo, tendo sido efetuadas algumas ações que não deram muito certo e resultaram em invasões de áreas recuadas. Fez um histórico das tentativas de tirar o acordo do papel, entre elas a criação de um grupo de apoio local, o qual prestou relevantes serviços, sinalizando a necessidade de um diagnóstico socioeconômico e ambiental da região e a elaboração de um plano de trabalho.

Na última reunião do GT tudo virou de perna para o ar, pois houve posicionamentos, por parte da Suzano, de que o acordo deveria ser cancelado, uma vez que a região é de alto valor especulativo, o que desencadeou um processo de invasão. Após debates, foi definido que o acordo passaria por uma revisão de sua redação, ficando esta tarefa a cargo do grupo formado por Anderson, Rodrigo, Oscar, e técnicos das empresas Suzano e Fibria.

O representante da Veracel indagou quais pontos questionados do acordo que não se aplicariam. O representante da AMA Praia 2 afirmou que transformaram o acordo num livro de discussão desde o aspecto da paisagem, que não está incluído no texto; da participação da comunidade na discussão de um plano de recuo e a invasão foi a tônica final de pedido de cancelamento do acordo por parte da Suzano. Fez referência a elaboração do diagnóstico econômico e do plano de trabalho e falou que se está abrindo mais um capítulo de discussão do acordo e que a tônica da invasão precisa ser revista, pois a área do acordo é muito maior do que as áreas de invasão. Frisou que o tema invasão está impedindo tanto que se cumpra a parte da legislação ambiental, que é o Código Florestal, como do acordo, que foi discutido 5 anos atrás. Reiterou que não é um acordo fácil de ser cumprido, mas que tem um distanciamento entre a realidade local e o que está sendo discutido no FF. E que é preciso ter cuidado como se fala na comunidade o que é discutido no FF, porque se a informação mudar no caminho reverbera negativamente para as empresas e para as organizações que estão no processo. Pontuou o desafio que é reescrever o acordo sem mudar o básico que é a questão do recuo, e que tem áreas que não precisa recuar 300m e em outras que precisa avançar 50m para ter fragmento florestal interessante, que tem área que precisa fazer trabalho social, e que é preciso avaliar como fazer. Argumentou que a invasão acontece lá ou no Espírito Santo, com ou sem eucalipto, com ou sem segurança patrimonial, e que é preciso encarar o problema.

A representante da Suzano colocou que a escrita do acordo não foi bem-feita e não deixou claro que o objetivo principal era ambiental e paisagístico. E afirmou que é melhor reescrever e perder um pouco de tempo que pode ser recuperado lá na frente. Lembrou que Beto Mesquita falou na reunião do GT que o motivo para não invalidar o acordo seria o fato de o objetivo ser ambiental e que se não ficou claro o objetivo ele deveria ser reescrito. Esclareceu que a

solicitação para que os integrantes do plano de trabalho não fossem para campo colher informações se deveu ao fato de que isso gera muita expectativa e que a empresa tem equipe que pode fazer coleta de dados de forma mais discreta.

A representante de Costa Dourada lembrou sua primeira participação no FF em que o assunto já era o recuo de Mucuri e se ventilava na época fazer um passeio por barco para detectar o impacto do eucalipto na paisagem. E que em seguida foi feita a visita técnica onde foram diagnosticados os problemas da região (estradas, recuo) e que no final se contratou empresa para fazer o diagnóstico socioambiental e econômico. Afirmou que o conselho da APA Costa Dourada foi empossado e pode trabalhar no uso e ocupação do solo. E que a empresa está fazendo corte agora e que está se tentando reescrever acordo, mas que o principal não pode ser mudado que é o recuo de 300m. O representante da Fibria trouxe a informação de que após a assinatura do acordo houve 200% do aumento de invasões, quando comparado com o restante do ativo florestal da empresa o volume é de 4 vezes maior. E que teve a curiosidade de ler o relatório da Econanfi que, mesmo com críticas, traz muitas informações e com relação aos problemas da região ninguém mencionou a necessidade de recuo. E que também não é mencionado impacto paisagístico no relatório. E, como provocação, que dos 30Km por 300m da faixa do recuo menos de 12% é ocupado pela silvicultura e que pastagem ocupa 50% da área. Notou que o final do relatório aponta que a inexistência de moradores é um empecilho para o recuo e que para ele fica a dúvida de por qual motivo recuar. E que o acordo está confuso como foi escrito, contendo muitos interesses difusos.

O representante de Costa Dourada pontuou que sempre foi replicado na comunidade que as áreas seriam para reflorestamento e não para resolver os problemas sociais. Com relação a não ter a necessidade de recuo no relatório, acredita que foi pelo fato de que não constava essa pergunta no questionário.

O secretário executivo perguntou se a plenária concorda com a rediscussão do acordo

E que se a resposta for afirmativa, passa-se para a reescrita do acordo.

O representante da Veracel sintetizou que o que está sendo discutido é a forma como o acordo está proposto e como implementar. Disse acreditar que existem preocupações legítimas de eficácia, de risco, de oportunidades e de entendimento do que se quer com essa área: se vai ter uso múltiplo participativo ou área de preservação. E que não está sendo abandonado o acordo, mas sendo discutido como torná-lo tangível, porque a questão é complexa e uma decisão precipitada pode ter efeito pior do que se tem hoje.

O representante da AMA Praia 2 considerou que a reelaboração do acordo do recuo passa pela paisagem, pois nem em todos os locais vai ser necessário um recuo de 300m, pois o que não se quer na região é invasão.

O representante da Fibria argumentou que concorda com o discurso do representante da AMA Praia 2, mas que é um discurso isolado do restante da comunidade. Sobre as falhas do diagnóstico, afirmou que todos os integrantes do FF devem reconhecer que as falhas são de todos porque o diagnóstico saiu de dentro do FF. Apontou que todos os integrantes do FF podem encaminhar sugestões para que se reescreva o acordo no GT ou num dia específico, para direcionar exatamente o que tem que se fazer.

O secretário executivo propôs, então, a rediscussão do acordo, deixando-o mais redondo para que possa ser elaborado o plano participativo de uso e ocupação. E que precisa ser rediscutido o tipo de plano que se quer em função da redação do novo acordo. Que na reunião do dia 20 vai ser discutido isso. A representante de Costa Dourada afirmou que se está hoje no primeiro impacto que é onde Fibria está cortando na região e que se deixasse um espaço para fazer uma oficina com a comunidade, para que ela fale o que quer colocar naquele espaço.

O representante da Veracel considerou temerário levar para a comunidade uma proposta que ainda não está clara nem para os integrantes do FF, transferindo para a comunidade uma discussão que primeiramente tem que confluir no FF. E sugeriu também uma redação consensual com contorno novo que vai dar base para o plano participativo, pois o assunto não

está maduro não pode sair da plenária. Indicou o GT como o melhor local para reescrever o acordo e que as sugestões de novo texto não serem colocadas no grupo de mensagens do FF. O representante da AMA Praia 2 recomendou que o representante da Veracel, por sua maturidade, faça o trabalho de moderação entre as empresas. Ao que o representante da Veracel contrapôs que as duas empresas com as comunidades que moram na região têm todos elementos para escrever texto adequado que tire todas dúvidas e seja de fato exequível. Considerou arriscado levar para a comunidade questões em que não se tem um início, meio e fim, porque as pessoas em geral não têm grau de maturidade para discussão que se tem no FF e gera-se expectativa. E que nem sempre o que comunidade quer é viável e levar coisas em aberto é um risco. O representante da Fibria fez apelo para que os representantes das comunidades tragam o que se almeja com essas áreas, para não se correr o risco de errar novamente. Fechando o tema, o secretário executivo destacou que as sugestões de nova redação do acordo vão circular em uma lista menor.

30 de setembro - Manhã

Atualização do andamento do Programa Mais Árvores Bahia

O representante da ABAF iniciou sua explanação recomendando ao secretário executivo aumentar o raio de atuação do FF, abrangendo mais áreas da Bahia pois existem 4 polos madeireiros no estado. E considerou que não existe na Bahia ou no Brasil setor com mais potencial de crescimento e abrangência que o florestal. Citou que 80% do PIB da Bahia está na região metropolitana de Salvador e o setor florestal tem a possibilidade de criar empregos e levar negócios para o interior, ajudando a desconcentrar a economia. Afirmou ter visto o potencial do programa Mais Árvores Bahia numa reunião do FF e trabalhou junto com as empresas e com outras ABAFs regionais nos três vértices do programa: produção (produtor conheça vantagens de trabalhar na área de uso múltiplo), processamento e consumo (consumidores devem ser alertados que eucalipto bem tratado, bem seco, pode concorrer com qualquer madeira de lei em termos de beleza e durabilidade). Explanou que desde o ano passado foram feitas reuniões nos 4 polos produtores do estado, com cerca de 200 produtores cadastrados, sendo que programa na base de produção é liderado pela CNA, FAEB, Senar, com vários outros parceiros. E que a intenção é a implantação de 4 polos madeireiros (Sul, Oeste, Litoral Norte e Sudeste), sendo que Bahia importa mais de 80% da madeira que consome. Disse que a parte da indústria está sendo conduzida pelo Sebrae e Senai, sendo que de cada polo vão ser selecionadas 10 serrarias para implementação do programa, num investimento de R\$ 600 mil em 3 anos. Em relação ao extremo sul da Bahia, abordou a existência da Amesul, em Teixeira de Freitas, onde o governo do estado investiu R\$ 8 milhões e não funcionou, e agora está sendo entregue para 2 empresas médias, que vão subcontratar outras empresas menores. Enumerou os demais parceiros do programa e as coordenações locais de cada polo. Expos que a Bahia tem 720 mil ha e que deste total 20% são produtores independentes ou fomentados. Citou a Klabin, no Paraná, que faz com a madeira como é feito com o boi, com cada parte destinada para um fim: parte mais grossa para serraria, parte fina para celulose e ponta para energia. Informou que em cada polo madeireiro vai ser incentivada a instalação de uma grande serraria. E que no Extremo Sul já existe a Lyptus-Bahia Produtos de Madeira, que está com novo grupo controlador. Aproveitou para falar do programa fitossanitário de controle da lagarta parda, que foi montado no ano passado, com apoio das empresas florestais e da Adab. Mencionou que mais de 100 mil ha de plantações foram afetados no extremo sul da Bahia em 2015, com várias cidades invadidas pelas mariposas, e graças ao trabalho feito esse ano não passou de 6 mil ha infestados. E que até junho cerca de 3 mil produtores foram conscientizados e treinados, através de palestras, com 55 mil Km rodados pela equipe que conta com 3 engenheiros. Cientificou que além de continuar alertando sobre a lagarta parda e utilizando toda essa estrutura de orientações e atendimento no extremo sul da Bahia pretende-se incluir 3 novos temas nas

palestras: preservação e combate de incêndios; controle de animais em áreas de preservação e cuidados com os recursos hídricos.

O secretário executivo pontuou que boa parte da madeira ilegal de mata nativa sai para atender pequenos pica-paus que fazem portas, aduelas, janelas e que compram madeira ilegal de desmatamento.

Avaliação da atuação da secretaria executiva no período 2014/2016

Lembrando que a recondução da secretaria executiva por mais um período foi instituído na alteração do Regimento Interno, o secretário executivo iniciou a apresentação das ações desenvolvidas durante os últimos 2 anos. Observou que quando assumiu a secretaria executiva alguns assuntos já estavam em andamento, mas um em especial demandou um pouco mais de atenção que foi o tema dos transgênicos, tema no qual foi realizada uma primeira rodada de debates ainda em 2014, em Teixeira de Freitas, com objetivo de promover maior conhecimento em relação ao tema. Depois desse primeiro momento sentiu-se a necessidade de realizar um evento maior para discutir com a sociedade e não só dentro do FF. Foi então realizado o seminário sobre transgênicos na UFSB, com presença maciça do MST. Ressaltou que ainda em 2014 estava se trabalhando também na perspectiva dos 10 anos do FF, uma data que não podia passar em branco, pois o FF tem um trabalho expressivo e nada mais justo do que consolidá-lo numa publicação para tornar-se de fato perene. E com os esforços de todos foi publicado o caderno dos 10 anos, que resume os principais feitos do FF e a missão foi cumprida. Resumiu que na plenária de abril de 2015, esta definiu algumas prioridades para o ano. Uma delas foi a elaboração do Diagnóstico Socioeconômico Ambiental da área do recuo em Mucuri, que foi entregue no final do ano passado, e esforço mais concreto em relação ao uso múltiplo da madeira, que levou o FF a se integrar ao programa Mais Árvores Bahia. Outra iniciativa foi ampliar a capilaridade regional do FF em outros espaços de discussão que foi como nasceu o grupo de apoio local de Mucuri. E que a proposta era replicar o modelo do grupo de apoio local em outros municípios, mas devido aos ajustes estabelecidos para redução de despesas, por conta do déficit, a iniciativa foi deixada de lado. Mas que o modelo de trabalho que foi desenvolvido com o GT de Mucuri é interessante e pode voltar à tona em 2017 se for vontade da plenária. Sobre o tema água, notou que ele entrou em debate várias vezes, principalmente quando começou a se falar em planejamento de paisagens sustentáveis, tendo sido realizado um dia de campo em 2015 na RPPN Veracel e palestras na tarde. Que em 2016 entrou com força maior e deve ser o fio condutor do FF nos próximos anos, tendo sido realizado o Encontro Intersetorial sobre o Uso do Solo e o Uso de Paisagens Sustentáveis e motivou mais um passo que é a realização do Encontro pelas Águas, dias 18 e 19 de outubro. Enumerou que foram realizadas 8 reuniões plenárias e 8 GTs ao longo de 2 anos, o secretário executivo colocou o assunto em debate, solicitando que as pessoas foquem no que é preciso melhorar, sem deixar de lado as críticas.

A representante da Fibria considerou que houve mais acertos do que erros e que melhorou a organização, embora possa avançar mais nesse sentido. Elogiou a contribuição do Ibio em relação à área financeira e ressaltou que a próxima organização-sede deve continuar a organização e a transparência que estão sendo dadas às contas do FF. Avaliou que para falar em desenvolvimento territorial é preciso enxergar o território como um todo e tem que trazer outros atores para a discussão. Que acredita que vai ser lento e difícil, como foi a construção do FF, mas alguém tem que ser o protagonista e esse alguém pode ser o FF, desde que faça com metas e planejamento, com ferramentas de gestão, que fazem bem em qualquer lugar.

Fazendo avaliação retrospectiva, o representante da Veracel ressaltou o legado e o papel do FF. Lembrou que após a euforia de ter construído avanços teve um momento de desânimo, com percepção de que o FF estagnou. E salientou que é um sentimento e processo natural na vida pessoal e também nas instituições, onde se cresce, constrói, estagna, cresce de novo. E que tem visão mais otimista do FF do que muitos que criticam a capacidade do colegiado em se manter

e renovar. Afirmou discordar dessa visão, pois manter esse espaço de diálogo por 11 anos consecutivos e com a pauta que se consegue discutir, titula o FF o maior espaço de diálogo do território, apesar da experiência não ser reconhecido por outros setores ou outras parcelas da sociedade. Apontou que o FF ganhou maturidade e voltou a se pautar para questões do território como um todo, como paisagem e água. Repetiu que o FF gera insumo fundamental que é o engajamento de instituições e empresas em torno de temas comuns, de interesse do território, mas não tem uma institucionalidade formal. E sem esses insumos, sem protagonismo o FF é oco, não tem legitimidade. E considerou que o FF tem que trabalhar no fortalecimento das instituições do território, citando os comitês de bacia e os conselhos de desenvolvimento sustentáveis. E concordou com o representante da Fibria que é necessário aprimorar as ferramentas de gestão.

A representante do MDPS avaliou o FF como um eterno construir de ações e que as divergências são bem-vindas, porque nos erros se constrói melhor. Salientou a importância do respeito e ética profissional em todos os momentos e concordou que falta um pouco de planejamento. A representante da Suzano reforçou que há momentos em que não se concorda com tudo, mas é saudável esse ambiente de discussão. E sugeriu que a ata seja entregue com mais brevidade, para que se possa contribuir mais com alterações e inclusões, pois a memória está mais fresca. A representante da Fundação Jupará mencionou que suas demandas estão no sul, rememorou a instituição do Diálogo do Cacau, em 2009, e a construção do acordo do cacau cabruca. Citou que desde 2012 está conduzindo o Patrimônio Ambiental e Cultural da região do Cacau. Achou importante o FF estender sua atuação para outros territórios e frisou que o FF precisa entender a importância de construir a relação com o Diálogo do Cacau e que se faça um trabalho integrado e não paralelo. Solicitou apoio para construir relação porque está empenhando um esforço sobre-humano para trazer as demandas do sul.

O representante da Fibria solicitou que a representante da Fundação Jupará encaminhe para ele as atas das últimas reuniões do Diálogo do Cacau, para que ele possa entender as demandas que ela tanto coloca nas reuniões do FF e também quem são os atores. E que ela traga para as reuniões do FF esses outros atores para que eles coloquem suas demandas. E que dessa forma o FF pode ser colaborativo.

O representante da AMA Praia 2 ressaltou por conta de ser uma moderação de longa duração existe uma relação forte do moderador com os participantes, o que é muito desafiador. Em função disso, acredita que o secretário executivo desempenha bem o seu papel, embora a plenária saia muito da pauta. Acredita ser importante a ampliação da participação social, pois nos últimos 4 anos a chegada de novos participantes é frágil. Observou que tem muitos temas para discutir, mas que é preciso priorizar o acordo do recuo de Mucuri.

A representante de Costa Dourada ressaltou que tanto o assunto crise quanto a necessidade de mobilização para trazer mais pessoas ou instituições já foram falados outras vezes e só fica no bla-bla-bá. Notou que as empresas trouxeram contribuição muito grande para o extremo sul da Bahia, mas também trouxeram prejuízos socioeconômicos e ambientais da forma como foram implantadas anos atrás. E que a expectativa dela era encontrar soluções para a forma como foi implantada a silvicultura na região e evitar que novos problemas venham surgir. E que sempre fica na mesma coisa. Afirmou que a localidade onde mora é a mais impactada e quem mora lá sabe da necessidade de atitudes para que as pessoas não fiquem isoladas dentro do eucalipto, sem nenhuma condição, vivendo de esmola. E que irá fazer um levantamento dos 10 Km de praia para saber a realidade dos moradores daquela região e vai fazer sem a ajuda de nenhuma empresa. E que desta forma ver se consegue que a situação social e econômica daquelas pessoas seja vista com atitude. Com relação à secretaria executiva, disse que os temas ficam sempre amarrados e que isso desgasta.

O representante do Ibio agradeceu à plenária pela confiança nestes 2 anos como instituição-sede do FF. Mencionou que gostaria que se perpetuasse o planejamento orçamentário, com previsão dos gastos, e que o apoio administrativo continue tendo incorporado nos seus

benefícios plano de saúde e ticket refeição mensal, independente da instituição-sede que venha gerenciar os recursos do FF.

O representante da Abaf ressaltou a importância dessa troca de conhecimento externa, que acredita ser a mesma experiência que teve com o relacionamento com os outros FFs regionais. E citou outros espaços dialógicos, como a câmara técnica do CNA, onde o FF pode vir a ganhar também essa experiência.

O secretário executivo agradeceu e pontuou detalhes do papel do moderador, entre elas ouvir mais do que falar. E que o FF é um colegiado especial na sua vida e que tem prazer em construir coisas e gosta de ver resultados. E que esperava comemorar em dezembro deste ano a conclusão do plano participativo de uso e ocupação da área de recuo no litoral de Mucuri.

Finalizando, solicitou à plenária que fizesse a avaliação da secretaria executiva, se posicionando com relação à continuidade ou, em caso contrário, apontando para a necessidade de abertura de edital para contratação da nova secretaria executiva.

10.- Decisão da plenária sobre continuidade da atual secretaria executiva para o período 2017-2018 ou abertura de edital de contratação

A recondução da secretaria executiva foi acatada pela plenária.

Objetivos e temas estratégicos para 2017/2018

Abordando os temas para 2017/18, o secretário executivo questionou qual tipo de presença o FF quer ter mais ao norte do estado e que isso é um dos deveres de casa dentro dos temas estratégicos. E abriu a palavra para considerações sobre o assunto.

O representante da Veracel indagou qual a pauta da plenária de novembro. E o secretário executivo adiantou que a pauta vai ser mais enxuta propiciando tempo para a discussão dos temas estratégicos, tendo a escolha da nova instituição-sede, a pendência da área do recuo de Mucuri, avaliação rápida do ano, apresentação do orçamento executado e o proposto para 2017 e planejamento estratégico para 2017-2018. A representante do MDPS sugeriu a inclusão da avaliação do Encontro pela Águas.

Dando sequência, o representante da Natureza Bela afirmou ter certo desconforto em relação a representatividade do FF, que para ele está frágil do ponto de vista espacial. Por sua vez, o representante da Fibria argumentou que é necessário repensar o GT que está funcionando quase no mesmo formato que a plenária. E que é preciso buscar um formato mais assertivo para chegar a decisões mais sólidas para a plenária. E finalizar o GT com pontos que vão gerar a pauta da plenária, além dele ter menos pessoas. Definir no planejamento quem é grupo de trabalho e ter talvez um representante por instituição, lembrando que o GT é apenas uma construção para a plenária e está sendo transformado numa mini plenária. O representante da Veracel acatou a sugestão e acrescentou que o GT seja constituído por um grupo menor. E que sentiu na última plenária que não houve posicionamento do GT e sim das pessoas individualmente. E o representante da Natureza Bela frisou que é importante que as propostas debatidas no GT sejam colocadas na própria pauta, para facilitar inclusive a discussão, pois o trabalho bem estruturado viabiliza mais a participação. E que a minuta de pauta para o grupo deveria ser o relato fiel do GT, com título, objetivo da discussão, descritivo e pontos a serem abordados na reunião plenária. O representante da AMA Praia 2 afirmou que é preciso uma retomada de condução do GT, que cabe à secretaria executiva. O secretário executivo afirmou que na próxima reunião do GT deve ser discutido uma proposta de modificação do funcionamento do mesmo, que necessita realmente ser repensado. Reforçou o convite para participação de todos no Encontro pelas Águas e pediu o esforço de todos para divulgar o evento nas suas localidades.

Encaminhamento de candidaturas para sediar a secretaria executiva período 2017/2018

O secretário executivo destacou que no processo de alteração do Regimento Interno ficou definido que a instituição sede não pode ser reconduzida. O representante do IAPA perguntou quais os critérios para se candidatar à instituição-sede do FF. O secretário executivo fez a leitura dos artigos do Regimento Interno que respondem a dúvida do representante do IAPA.

Se candidataram as organizações: Manguezal Meu Quintal e Movimento de Defesa de Porto Seguro. O secretário executivo ressaltou que as duas organizações deverão encaminhar a secretaria executiva os documentos e certidões exigidas para participar do processo e apresentar na próxima reunião plenária uma breve descrição das atividades desenvolvidas.

Sendo o que ocorreu, esta memória foi redigida pela secretaria executiva

Porto Seguro, 01 de novembro de 2016